



AVANÇA A PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS



No dia 20 de abril foi aprovada a urgência do Projeto de Lei (PL) 591/21, que trata da exploração dos serviços postais pela iniciativa privada. O regime permite acelerar a análise do texto, mas ainda não foi definida a data de votação do mérito do projeto.

O Ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse no último dia 12 que caberá ao Congresso Nacional definir o modelo de privatização da empresa (se será privatização, concessão ou vendas de ação). A estatal, 100% pública, atende a todos os municípios e em torno de 95% das casas do Brasil.

A privatização dos Correios significa a entrega do patrimônio público e do serviço postal brasileiro para o capital privado e terá como consequência inevitável o abandono da função social da empresa, que passará a atuar somente onde houver obtenção de lucros. Como em toda privatização, a população perde com a

deterioração dos serviços oferecidos e o aumento das tarifas. Além do desemprego em massa entre os 99 mil trabalhadores da empresa e da precarização das suas condições de trabalho.

No dia 16/05, o Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Correios e Telégrafos do Estado de Minas Gerais (SINTECT-MG), em conjunto com outras categorias e a Central Única dos Trabalhadores de MG (CUT Minas) realizaram uma carreta contra as privatizações e em defesa dos serviços públicos e de qualidade para a população. Os trabalhadores dos Correios mostraram sua disposição para a luta contra os ataques do Governo Federal.

Não à privatização dos Correios e demais estatais. Pela unificação das lutas de todas as categorias, rumo à Greve Geral dos Trabalhadores!

RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA RECOMENDA SUA ADMISSIBILIDADE



Caminha a passos largos no Congresso Nacional a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32), que trata da Reforma Administrativa. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) prevê que o debate da admissibilidade será apresentado nos próximos dias e o relator propõe sua admissibilidade, ou seja, que a PEC cumpre os requisitos constitucionais para continuar em tramitação. Contrainformações sobre o processo estão sendo usadas para diminuir a pressão de servidores contra a reforma.

A PEC 32 representa um forte ataque aos servidores e aos serviços públicos. Retirando direitos históricos dos servidores e reforçando a prática do cabide de emprego nas instituições públicas, ela diminuirá a responsabilidade do Estado em assegurar serviços essenciais de qualidade à população brasileira, como educação, saúde e segurança públicas, e relegará à própria sorte a maior parte dos trabalhadores que não tem condições de pagar por serviços privados.

A luta organizada é fundamental e necessária para frear o desmonte do Estado e a privatização dos serviços necessários à população.

CAMPANHA SALARIAL SERPRO E DATAPREV



As propostas de reajustes dos Acordos Coletivos, 2020/2021 e 2021/2022, implicam em perdas e as empresas buscam alterar cláusulas e criar diferenciação em benefícios para contratados atuais e novos.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que reajusta os salários, nos últimos doze meses, chegou em 7,59% e a corrosão do poder de compra dos salários é indiscutível.

Apesar de ter perdido força, no acumulado em 12 meses o IPCA de abril de 2021 subiu para 6,76%, nível mais alto em quase quatro anos e meio. Em 12 meses, gasolina e etanol aumentaram 35,57% e 37,61%, respectivamente; as carnes 35% e medicamentos, dependendo da classe terapêutica, até 10,08%.

Em sentido oposto, as empresas aumentaram seu lucro, sua produtividade e grandes demandas de serviços estão sendo entregues à sociedade brasileira. O Governo Digital, com a entrega 4,3 mil serviços públicos a 100 milhões de brasileiros e o auxílio emergencial que atendeu em 2020 a 68,2 milhões de brasileiros são demonstração de que os trabalhadores nunca trabalharam tanto.

Está tudo muito ruim, porém nem tão ruim que não possa ficar pior. É fundamental termos consciência deste nível de exploração e nos organizarmos para lutar contra esta opressão capitalista que tem na pandemia seu aliado.

CPI DA COVID-19



Os trabalhadores brasileiros dão pouca credibilidade às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), vistas como manipulações políticas. No entanto, a CPI da Covid-19 no Senado Federal tem revelado informações que mostram a forma como o governo genocida de Bolsonaro atua em obediência aos planos imperialistas dos Estados Unidos para o Brasil.

Dados que até agora estavam em segredo, como as

seis ofertas feitas pela empresa alemã Pfizer ao Governo Federal, contradizem a fala do presidente de que não havia vacinas no mercado. A cada interrogatório, fica evidente o descompromisso do governo com a vida da população brasileira.

Eduardo Pazuello, Ministro da Saúde, conseguiu um habeas Corpus para se calar em assuntos pessoais. No entanto, ele terá que responder sobre a ligação do seu Ministério com a propaganda do tratamento precoce contra a Covid-19, com medicamentos comprovadamente ineficazes contra a doença, como ivermectina, cloroquina e hidroxiclороquina. Também deverá explicar a má gestão da pandemia em Manaus.

Aos trabalhadores, resta organizar a luta para derrotar os planos neoliberais que determinam sua morte por vírus, ou por fome.